

## 18 de agosto é dia de luta contra a PEC 32 e pelos direitos da classe trabalhadora

A CUT, demais centrais sindicais e movimentos sociais organizam um dia de lutas com paralisações, assembleias, panfletagens e protestos em todo o Brasil no próximo dia 18 de agosto. Num momento onde um em cada três brasileiros e brasileiras ou está desempregado ou no desalento, o governo de Bolsonaro-Guedes insiste em aprovar uma reforma Administrativa, a PEC 32, que acaba com o direito da população a serviços públicos.

Como se mostraram desastrosas as reformas Trabalhista e da Previdência, a PEC 32 vai representar uma ruptura profunda com o Pacto Federativo estabelecido pela Constituição de 88. Por meio de muita informação falsa em que alegam combate "privilégios", que há muitos servidores no Brasil, que atuais servidores não serão afetados e outras mentiras, o governo federal e seus apoiadores no Congresso Nacional vem defendendo a aprovação dessa reforma que na prática será o fim dos serviços públicos brasileiros.

Apenas a luta e unidade de toda classe trabalhadora são capazes de fazer frente a tamanhas tentativas de ataques a direitos essenciais. A maioria dos federais já aprovou em uma plenária nacional da Condsef/Fenadsef a participação nas atividades que vão tomar as ruas e as redes no dia 18. Além dos federais (Condsef), servidores estaduais (Fenasepe), municipais (Confetam), da saúde (CNTSS) e da educação (CNTE), unidos em torno da campanha "Cancela a Reforma", também se somam ao movimento contra a reforma Administrativa e em defesa dos direitos da classe

trabalhadora.

Contra todo esse cenário, o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, reforça a importância de engrossar as atividades do dia 18 de agosto em todo o país. "Convoco todos os seguimentos da classe trabalhadora, em especial os servidores e servidoras públicos nas três esferas (municipal, estadual e federal) para protestar no dia 18 de agosto, de todas as formas possíveis", afirma Sérgio Nobre.

"A PEC 32 (Proposta de Emenda à Constituição), na qual o governo Bolsonaro quer impor a famigerada reforma administrativa, nada mais é do que a criação de condições para a contratação de forma precária no serviço público, com jornada parcial de trabalho e até com salário inferior ao mínimo", explica o presidente nacional da CUT, ao convocar para a greve dos servidores públicos.

### Uma reforma que não será boa pra ninguém

O vídeo em que a CUT chama para o 18 de agosto traz um depoimento marcante da servidora da área da saúde Margarida Gomes. Margarida é servidora há 29 anos e relata ter muito orgulho de sua atividade. "Faço tudo que puder para ajudar as pessoas da melhor forma no momento que elas mais precisam. Quando a gente se compromete a ser funcionário público é uma escolha de vida", resume a servidora.

Para Margarida o SUS foi fundamental na pandemia para que milhares de vidas fossem salvas. Ela reconhece que muita coisa poderia melhorar, mas não é essa reforma

Administrativa que fará isso. "Essa reforma Administrativa vai colocar os funcionários públicos nas mãos de políticos", avalia. "Isso não vai ser bom pra ninguém. Nem pra funcionário, nem para a população", conclui.

### Entrega do patrimônio brasileiro precisa ser barrada

No dia 18 de agosto, aponta Sérgio Nobre, precisamos fazer grandes atos, assembleias nas entradas e nos locais de trabalho, nas ruas, panfletagem em pontos de ônibus, terminais de trem, metrô, falar com a população, fazer paralisações, carreatas, tomar as redes sociais com a pauta da classe trabalhadora.

Sérgio Nobre enfatiza, que é para ninguém esquecer por um minuto sequer, que, visando um projeto pessoal e eleitoral: "o governo genocida de Bolsonaro ameaça entregar o patrimônio do povo brasileiro, vender o sistema elétrico, vender a Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil, a Caixa, que são instrumentos de desenvolvimento do nosso país, e assim desmontar os serviços públicos".

"Não podemos permitir e somente a luta impedirá essa tragédia, por isso, a CUT, em unidade com as demais centrais sindicais e os movimentos sociais, convoca uma grande mobilização para o 18 de agosto, convoca para que seja um dia de luta, de paralisação de mobilização, de protesto em todo o Brasil, de todos os trabalhadores e trabalhadores", afirma Sérgio Nobre.

Com informações da CUT Nacional.



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Gestão 2019/2022

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, CNPJ nº35.192.053/0001-36, convoca todos os empregados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, lotados no Estado do Maranhão, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de agosto do ano de 2021, às 16:00h, em primeira convocação e às 16:30h, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de forma híbrida ( Presencial e Remota), Presencial no auditório do SINDSEP, sito à Av. Newton Bello, 524, Monte Castelo e de forma Remota no LINK: <http://meetgoogle.com/cm-x-iggx-egb>, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Construção e aprovação da Pauta de Reivindicações para ser apresentada à Conab para celebração do Acordo Coletivo de Trabalho/ACT- 2021/2022;
2. Eleição de representantes dos empregados da CONAB para participarem da Plenária Nacional da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL-FENADSEF, conforme dispõe o art. 16, incisos III, IV e alínea “c”, do Estatuto da FENADSEF, que terá como objetivo eleger e nomear a Comissão Nacional de Negociação da FENADSEF para discutir Acordo Coletivo de Trabalho/ACT – 2021/2022;
3. Outorga de poderes à FENADSEF para negociar as Cláusulas e condições do Acordo Coletivo de Trabalho/ACT – 2021/2022 (que terá a vigência de 01/09/2021 a 31/08/2022), com assistência da Comissão Nacional de Negociação da FENADSEF, que será eleita em plenária a ser realizada por meio virtual em data a ser definida.
4. Instalação de Assembleia em caráter permanente enquanto perdurarem as negociações;
5. Autorização para o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA e para a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - FENADSEF, entidade sindical legalmente constituída com registro sindical, CNPJ 22.110.805/0001-20, sediada no Setor Bancário Sul Quadra 1, bloco K, Ed. Seguradoras, 3º andar, Salas 308/314, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70093-900, entabulem o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT dos empregados da Conab referente ao período 2021/2022, nos termos da decisão judicial proferida no último dia 22/05/2019, que reconhece a legitimidade da FENADSEF para representar os empregados da CONAB em todo território nacional.
6. Autorização para ingresso de dissídio coletivo ou quaisquer outras medidas administrativas e/ou judiciais em defesa dos direitos e interesses dos empregados da CONAB, bem como solicitar a mediação do TST, em caso de impasse total ou parcial das negociações com a Conab acerca do ACT 2021/2022.

São Luis-MA, 10 de agosto de 2021

Raimundo Pereira de Souza,  
Presidente.